

A INDIVIDUALIDADE DAS ELITES E O ABANDONO DA POPULAÇÃO NO BRASIL

THE INDIVIDUALISM OF THE ELITES AND THE NEGLECT OF THE POPULATION IN BRAZIL

Prof. Dr. Márcio Magera Conceição PhD¹

e2015135

<https://doi.org/10.33947/educacao.v20i1.5135>

PUBLISHED: 01/02/2025

RESUMO

O Brasil enfrenta desigualdades sociais profundas, onde a elite desfruta de privilégios enquanto a maioria da população sofre com pobreza, violência e descaso estatal. O sistema político perpetua essa exclusão, garantindo benefícios a uma minoria enquanto os serviços públicos essenciais, como saúde e educação, são sucateados. A segregação espacial e a corrupção institucional agravam a crise social, resultando em altos índices de violência e desconfiança política. A falta de mobilidade social mantém milhões presos à precariedade, enquanto os meios de comunicação manipulam informações. Sem uma reforma estrutural, a desigualdade persistirá, beneficiando uma elite que historicamente resiste a mudanças.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil. Individualismo. Mobilidade Social.**ABSTRACT**

Brazil faces deep social inequalities, where the elite enjoys privileges while most of the population suffers from poverty, violence, and state neglect. The political system perpetuates exclusion, favoring a minority while essential public services such as healthcare and education deteriorate. Spatial segregation and institutional corruption worsen the crisis, leading to high levels of violence and political distrust. The lack of social mobility traps millions in precarious conditions, while the media manipulates information. Without structural reform, inequality will persist, benefiting an elite that historically resists change.

KEYWORDS: Brazil. Individualism. Social Mobility.

O Brasil sempre foi marcado por profundas desigualdades sociais, onde uma elite privilegiada vive em um universo completamente distinto daquele da maioria da população. Enquanto uma parcela do país desfruta de segurança, acesso a serviços de saúde e educação de qualidade, a outra parte enfrenta uma realidade brutal de violência, pobreza e descaso político. Esse abismo social é sustentado por um sistema político que perpetua a exclusão e reforça os interesses da minoria em detrimento das necessidades básicas da maioria.

Neste cenário excludente, um deputado federal recebe um salário de quase 50 mil reais por mês, enquanto quem o elegeram tem, em média, uma remuneração de apenas 2 mil reais. Um vereador de uma cidade de pequeno porte no Brasil recebe, em média, 8 mil reais mensais, realizando oficialmente apenas um encontro por semana na Câmara Municipal, enquanto o salário-mínimo é de 1.518 reais. O povo, quando está doente, recorre ao SUS – Sistema Único de Saúde; já a elite se desloca de helicóptero para o hospital Sírio-Libanês. Essas contradições sangram o povo brasileiro diariamente. Enquanto uma cirurgia no Sírio-Libanês acontece no mesmo dia da internação, no SUS, o paciente espera meses e, muitas vezes, quando finalmente é atendido, já é tarde demais. Mas quem se importa? Afinal, é o "Zé Povinho" que morre, não um "doutor de Brasília".

¹ Economista pela PUC-Campinas. MBA de Marketing -ESAMC, Sorocaba. Mestrado em Administração pela UNG - Guarulhos. Mestrado em Sociologia pela PUC-São Paulo. Doutorado em Sociologia pela PUC -São Paulo. Doutorado em Administração pela FCU -USA. Pós Doutor Unicamp -Campinas. Pós Doutor FCU -USA. Pós Doutor UC-Portugal. Jornalista e Escritor. Avaliador do MEC/INEP. Pró-reitor da Universidade Guarulhos, SP. Editor-chefe da RECIMA21 –REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR. Ph.D, UNG; CFE -U.C Portugal.

A violência urbana, um dos reflexos mais evidentes dessa desigualdade, atinge principalmente as camadas mais vulneráveis da sociedade. A segregação espacial empurra populações inteiras para áreas periféricas, onde o Estado está ausente e o crime organizado assume o papel de pseudo-governante. Ao mesmo tempo, a elite se protege em condomínios fechados, com segurança privada, mantendo-se alheia às consequências de um modelo social falido que insiste em ignorar a realidade da maioria. O Brasil enfrenta, anualmente, um verdadeiro Vietnã, com cerca de 50 mil óbitos por violência criminal. Já estamos em uma guerra civil, e a sociedade sequer se deu conta disso.

A pobreza no Brasil vai além da falta de recursos financeiros. Trata-se de um mecanismo estrutural que impede a mobilidade social e mantém milhões de brasileiros presos a condições de vida precárias. A educação pública, sucateada, não oferece oportunidades reais de ascensão social. A saúde, precarizada, leva milhares de pessoas à morte por falta de atendimento adequado. O desemprego e a informalidade tornam-se alternativas inevitáveis para aqueles que nunca tiveram acesso a um sistema justo de desenvolvimento econômico e social.

Essas informações e dados não chegam à população, devido ao aparelhamento dos meios de comunicação e à falta de cognição de grande parte da nação, que não teve acesso a uma educação adequada e de qualidade. Muitos abandonam os estudos ainda no ensino médio para ajudar seus pais nas despesas da casa, sendo que mais de 60% dessa renda vem de impostos cobrados por um governo ineficiente, que tira dos mais pobres para subsidiar projetos de uma pequena elite empresarial, financeira e política.

O Congresso Nacional, longe de representar fielmente os interesses da população, funciona como um verdadeiro balcão de negócios, onde projetos de lei são pautados por interesses corporativos e lobbies de grupos poderosos. Os escândalos de corrupção são frequentes, demonstrando que os representantes do povo muitas vezes trabalham para beneficiar a si mesmos e suas redes de apoio, em vez de buscar soluções para os problemas estruturais do país. O distanciamento entre políticos e população é tão evidente que medidas necessárias para reduzir a desigualdade e garantir dignidade a todos raramente avançam.

Nas eleições de 2022, quase 40 milhões de eleitores não votaram ou anularam seus votos. Isso significa que, de três eleitores, apenas dois votaram. E, segundo pesquisas, em menos de um ano, grande parte dos eleitores já não se lembra em quem votou para deputado, prefeito, vereador ou senador.

A individualidade das elites brasileiras reflete uma cultura histórica de privilégios, onde poucos concentram riqueza e influência, enquanto muitos lutam diariamente pela sobrevivência. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2022, os 10% mais ricos da população detinham 51% da riqueza nacional, um quadro socioeconômico perverso.

Neste cenário, 54 milhões de brasileiros vivem do Bolsa Família, 12 milhões são funcionários públicos e outros 12 milhões são aposentados. Ou seja, 80 milhões de brasileiros dependem do Estado, enquanto apenas 20 milhões da População Economicamente Ativa (PEA) que é de 100 milhões, sustentam toda essa estrutura. Essa conta não fecha. Esse modelo social é insustentável e perpetua a instabilidade do país, alimentando um ciclo de exclusão e revolta.

O Brasil precisa urgentemente de uma reestruturação política e social que priorize a distribuição justa de recursos, o fortalecimento dos serviços públicos e a redução das desigualdades. Somente assim poderemos caminhar em direção a um futuro mais justo e igualitário. Mas as elites constituídas não querem e não vão mudar o status quo conquistado após séculos de exploração. O pior é que, mesmo aqueles que possuem apenas uma pequena casa e um emprego têm medo de se posicionar, temendo perder o pouco que conquistaram.

Triste nação que não socializa o bem-estar coletivo, apenas os custos de um Estado pesado, inoperante, ineficiente e com altos índices de corrupção em todos os níveis administrativos. Talvez fosse melhor que Cabral tivesse desviado sua rota e não descoberto a ilha de Vera Cruz. Quem sabe assim ainda tivéssemos os mais de seis milhões de povos originários que mantinham esta terra cheia de vida pura e de alma ingênua. Mas eles chegaram, impuseram sua cultura e seu genocídio coletivo e, assim, construíram uma nação que até hoje não sabe bem o que é ética e moral.

REFERÊNCIAS

<https://www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/guia-para-jornalistas/salario-de-deputados> . Acesso em 30/01/2025.

<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/quantos-habitantes-havia-no-brasil-na-epoca-do-descobrimento>. Acesso em 30/01/2025.

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/12/10/lula-internado-em-sao-paulo.ghtml>

Acesso em 30/01/2025.

<https://blog.synsaude.com.br/qual-a-cirurgia-que-tem-a-fila-mais-demorada-no-sus/>

Acesso em 30/01/2025.

<https://www.brasildefato.com.br/2023/12/06/brasil-tem-quase-50-mil-mortes-com-perfil-de-homicidio-fora-das-estatisticas-diz-atlas-da-violencia>. Acesso em 30/01/2025.

<https://www.poder360.com.br/governo/lula-deu-60-de-publicidade-a-mais-do-que-bolsonaro-para-globo/>. Acesso em 30.01.2025.

<https://www.ipea.gov.br/portal/retrato/indicadores/mercado-de-trabalho/desemprego-informalidade-subutilizacao-e-inatividade/apresentacao>. Acesso em 30.01.2025.

<https://www.contabeis.com.br/tabelas/salario-minimo/>. Acesso em 30.01.2025.

<https://www.scielo.br/j/cint/a/yc9kXFhYxqNPJXDJHNPPBNB>. Acesso em 30.01.2025.

<https://transparenciainternacional.org.br/ipc/>. Acesso em 30.01.2025.

<https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/178>. Acesso em 30.01.2025.

https://ibase.br/pesquisa-da-fgv-aponta-aumento-da-desigualdade-social-apos-a-pandemia/?gad_source=1&qclid=Cj0KCQiAhvK8BhDfARIsABsPy4g5eVcSU2Sen5IZ0FqqaV-xu_iQCsOIWRqDDLkmllePiiAk_FGBw1AwaAi70EALw_wcB. Acesso em 31/01/2025.

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>. Acesso em 31/01/2025.